

"A PRÁXIS NÃO DEIXA ESPAÇO PARA A APLICAÇÃO DA 'CRIMINOLOGIA DE SI', ESSENCIALMENTE EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA ALTERIDADE"

ANDRÉ SANT'ANNA AMARANTE, DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA; PROFESSOR NA FURB
TRAGÉDIA NO LITORAL
PÁGINA 5

"O PARQUE DAS NASCENTES FOI ABANDONADO E RIFADO PELA FURB E FAEMA, POIS QUERIAM LIVRAR-SE DESSA CRIANÇA. ELE É UM EXEMPLO DE FRACASSO DA SOCIEDADE ENVOLVENTE E DO GOVERNO EM GERIR UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO"

LEOCARLOS SIEVES, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROTEÇÃO DA NATUREZA (ACAPRENA)
O ABANDONO DO PARQUE NACIONAL
PÁGINAS 8 E 9

"A FURB PRECISA SE CONVERTER NUMA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL."
MARCOS ANTÔNIO MATTEDI, PROFESSOR DA FURB E DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS
A CRISE DO NEO-DESENVOLVIMENTO E A AGENDA DA FURB
PÁGINA 15

FOTO: MAGALI MOSER



O ABANDONO DO PARQUE NACIONAL

CRIADO EM 2004, O PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ SURTIU COM A INTENÇÃO DE GARANTIR A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ASSEGURAR ESTRUTURA PARA VISITAÇÃO. MAIS DE DEZ ANOS DEPOIS, NO ENTANTO, O PARQUE ESBARRA EM PROBLEMAS CENTRAIS QUE ATRAPALHAM O AVANÇO DAS ATIVIDADES, COMO O PROCESSO DE INDENIZAÇÃO DOS MORADORES. PÁGINAS 8 E 9

RACISMO: COMO SUPERAR A PRÁTICA DO PRECONCEITO NA EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO E O RACISMO INSTITUCIONAL: O CÍCLO DA VIOLÊNCIA - REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO, PELA GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA FURB, ALINE FIDELIS.
PÁGINAS 10 E 11

FOTO: MAGALI MOSER



FOTO: RAFAELA MARTINS

BLUMENAU EM FÓRUM INTERNACIONAL

A CIDADE ESTEVE PRESENTE NO FÓRUM INTERNACIONAL DA BICICLETA, EM MEDELLIN, NA COLÔMBIA.
PÁGINA 4

FIES 2 – O RETORNO E OS RECUOS DO MEC

A história do financiamento para a educação surgiu pela primeira vez no Brasil em 1976 com o Programa do Crédito Educativo. Foi adotado um modelo operacional que, ao desprezar as experiências de outros países latino-americanos, apresentou sérios inconvenientes que redundaram na sua inviabilidade. Mello e Sousa e Faro (1981) apresentaram os principais defeitos que até aquela data já tinham sepultado a iniciativa que poderia ter mudado a realidade de muitas famílias pobres e ter gerado um amplo fundo de crédito rotativo. A ideia ressurgiu muito mais tarde somente em 1999 com o FIES na primeira versão. Era limitado, pois havia apenas um agente financeiro; a Caixa Econômica, os juros eram de 6,5% a.a. e o prazo de carência era muito curto, seis meses. A amortização se dava nos doze primeiros meses após esse período de carência, quando o estudante formado pagava ao fundo o mesmo valor da mensalidade paga no último semestre cursado. O restante do saldo devedor era dividido em até duas vezes o período financiado do curso. Depois houve nova mudança, após o período de carência, o estudante passa a ter três vezes o período financiado do curso, acrescido de doze meses, para quitar sua dívida com o fundo. Assim, o estudante que financiou o curso com duração de quatro anos terá 13 anos para quitar a sua dívida. O que é considerado muito bom, mesmo que isso signifique um prazo médio mais alto para girar o fundo. No antigo programa de Crédito Educativo se estabelecia que o período de amortização tivesse a mesma duração que o de utilização e por isso restringiu-o excessivamente. No início da vida profissional a renda é menor e as despesas familiares são elevadas, o que impõe um pesado sacrifício ao mutuário para pagar as prestações. Como isso não ocorreu, o resultado na época

foi uma inadimplência de 50% e o programa do crédito educativo morreu.

Se o programa atual é bom e vinha mudando significativamente a realidade do acesso à oferta do ensino superior, existiram, portanto escolhas políticas que produziram resultados nos primeiros anos. A projeção dos custos para sua manutenção ao longo do futuro implica em outra decisão política: a seriedade de se arcar a partir da primeira decisão o compromisso real de mudança. Mas não é isso que parece estar acontecendo, as trapalhadas se

sucedem no afã de reduzir o déficit orçamentário nominal do governo por via da tesoura que passou rapidamente em todas as áreas induzindo a criação de uma série de medidas emergenciais, muitas sem a menor reflexão sobre seus efeitos e reações que causaram mais descrédito, quando a confusão que se instalou forçando o próprio governo a recuar em várias delas. O ministro pode até declarar que tudo foi gestado pelo seu antecessor, mas ao longo do mês de janeiro e fevereiro mostrou indecisão e no final decidiu voltar atrás. Vejamos algumas delas: o reajuste de 4,5% imposto para o reajuste das mensalidades que nem cobre a inflação do ano foi justificado pela patética alegação de que se tratava de um reajuste “semestral”? Como se não soubessem que todos os contratos são reajustados anualmente. Depois fixaram um percentual de máximo de 6,5%. Ora, se o percentual anterior de 4,5% era um reajuste semestral, anualizado daria pelo menos 9%. Dai já verificamos um contra-senso no discurso. Em fevereiro já alteraram também a regra das oito parcelas anuais a serem pagas aos beneficiários do programa; no caso das IES de maior porte. Recuaram, pois viram que o programa tenderia a minguar e estabeleceram a regra apenas para o ano de 2015. Na véspera do retorno as aulas o tumulto com o bloqueio do sistema de renovação do termo aditivo do contrato do FIES, impediu os estudantes de renovar suas matrículas pelo programa no prazo estabelecido gerando uma incerteza generalizada. O MEC está demorando muito a perceber o impacto de suas decisões. Além de que o governo reiteradamente parece querer rememorar os velhos tempos da década de 80 e começo dos anos 90 quando se controlavam preços via tabela. Nunca deu certo, pois não se tem controle absoluto de todos os preços que influenciam os custos. Isso é uma bobagem infantil em se tratando de oferta distribuída. No Plano Cruzado de 1986 tentava-se tabelar o sabonete marca “A”, mas não se tinha o controle dos insumos necessários para fabricá-lo, da embalagem, etc. O desequilíbrio levava ao seu desaparecimento da prateleira, substituído às vezes por outro sabonete de menor peso da marca B que não estava na tabela. Nos mercados onde não exista um monopólio, tentar estabelecer preços e reajustes por decreto é como tentar conter vazamento de um dique de contenção enfiando o dedo em um buraco quando vazamentos afloram por todos os lados. A narrativa de coibir abusos também é falseada. Há opções para todos os gostos em oferta distribuída e é o cidadão que pode livremente decidir. Os órgãos de Defesa do Consumidor de serviços devem protegê-lo garantindo o cumprimento de contratos e a qualidade da coisa entregue, instrumentos também que o MEC já criou para regular a oferta e tem como agir, é só aperfeiçoá-los.

“**O MEC está demorando muito a perceber o impacto de suas decisões. Além de que o governo reiteradamente parece querer rememorar os velhos tempos da década de 80 e começo dos anos 90.**”

FOTO: JAIME BATISTA



“COMO NÓS TRABALHADORES PERMITIMOS QUE OS TRABALHADORES QUE NOS LEVAM PARA O TRABALHO SEJAM AGREDIDOS NO SEU PRÓPRIO LOCAL DE TRABALHO?”
 NAZARENO SCHMOELLER, professor do curso de economia referente às agressões aos motoristas do transporte coletivo urbano em Blumenau, na segunda quinzena de fevereiro

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Nazareno Schmoeller (CCSA), **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Imprensa e Comunicação:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Osnildo Marcos Rodrigues (CCS) **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edeimar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 3.000 cópias. Gráfica: Grafnorte S/A (Apucarana, PR)

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br





INTERNAS

PROFESSOR DA FURB ASSUME CARGO NO GOVERNO DO ESTADO



O professor do CCHC da FURB Arnaldo Zimmermann passou a integrar o governo estadual. Ele assumiu o cargo de secretário adjunto da Secr. Assistência Social, Trabalho e Habitação do Estado. Zimmermann permanece na FURB, onde mantém um dia de aula semanal. A escolha do nome (entre outros cogitados) surgiu pela experiência de já ter sido duas vezes secretário municipal em Blumenau (de Turismo em 1999 e de Comunicação Social de 2001 a 2004, além de vereador). “Nosso objetivo na Secretaria é auxiliar o governo a diminuir as diferenças regionais em nosso estado e fazer com que Santa Catarina seja o primeiro Estado do país a erradicar a pobreza extrema”, disse ao **Expressão Universitária**. Segundo ele, também há o objetivo de consolidar o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no Estado, garantindo a proteção social e os benefícios de prestação continuada como um direito do cidadão a ser assistido e acelerar a construção de novos CRAS (centros de referência de Assistência Social) e CREAS (Centros especializados de Assistência Social) nos municípios, além de dar continuidade à implantação de ferramentas nos postos do Sine que os aproximem do trabalhador. Zimmermann é filiado ao PCdoB. Era do PT e saiu do partido em 2011.

TELOMAR FLORÊNCIO FAZ NOVO CENÁRIO DO CIDADANIA EM DEBATE

A irreverência e a autenticidade características do artista plástico Telomar Florêncio, também estarão presentes no novo cenário do programa do Sinsepes na Furb TV, o Cidadania em Debate. Conhecido por expor suas obras às margens do Anel Viário Norte, perto de sua casa, no Bairro Ponta Aguda, o artista apresenta em quatro painéis coloridos, referências a símbolos da cidade de Blumenau e ênfase em rostos de pessoas, com a intenção de refletir sobre a humanidade e a cidadania. Telomar também é conhecido pela frase “Um dia seremos apenas um retrato na estante de alguém. Depois, nem isso.”



O Sinsepes reconhece o trabalho de artistas locais e acredita que a iniciativa contribui para a valorização da classe artística. O programa vai ao ar segunda-feira, das 20h30min às 21h e é apresentado pelo professor Carlos Silva, diretor de Cultura, Esporte e Lazer do Sinsepes.



FOTOS: ARQUIVO

SINSEPES PROMOVE SHOW COM MAREIKE VALENTIN EM HOMENAGEM AO DIA DA MULHER

Como tradicionalmente faz todos os anos, o SINSEPES promove neste mês de março um evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher. Um grande show com repertório especial da cantora Mareike Valentin aguarda os servidores neste dia 3 de março, terça-feira. O show com a cantora Mareike Valentin e participação de Edu Colvara é imperdível e aberto a todos os servidores. Contamos com sua presença! Após o show, será servido um café colonial proporcionado pelo Sinsepes. O DCE da Furb promove em homenagem ao Dia da Mulher, um show com duas artistas locais em frente a biblioteca do Campus I, dia 6, no intervalo da manhã. No início da noite, o curso de Medicina vai fazer apresentações com bateria destinado às mulheres.

NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA FURB REGISTRA MAIS DE 11 MIL ATENDIMENTOS ANO PASSADO

O Núcleo de Prática Jurídica da FURB fez 11.779 atendimentos ano passado, contra 10.476 em 2013. Esse aumento nos atendimentos, a relevância e o reconhecimento social do NPJ, assistido pelos professores do Centro de Ciências Jurídicas, serão novamente comemorados no dia 16 de maio, quando o NPJ completa uma história de 43 anos na missão de garantir direitos constitucionais aos mais desfavorecidos. Fundado em 1972 com o nome de Estágio de Prática Jurídica, o NPJ já reunia duas missões básicas: complementar o preparo dos alunos do Direito através da prática de estágio curricular obrigatório e ainda, de ser um serviço de extensão à altura do compromisso social da FURB, uma universidade criada pela comunidade em 1964.



DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES PROMOVE TERÇA CULTURAL NA FURB

O DCE da FURB deu início às atividades do programa Terça Cultural, dia 24 de fevereiro, com o grupo Samba na Gamboa. A apresentação ocorreu em frente a biblioteca central. A intenção é promover todas as terças-feiras uma atração musical diferente em diferentes campus da universidade, com exceção do campus 3, onde já foi tentado implantar o projeto sem sucesso. O projeto existe desde o ano passado com a intenção de valorizar os artistas locais e facilitar o acesso da comunidade acadêmica à música local. Ano passado, o Terça Cultural apresentou música de qualidade com nomes como Filipe Burgonovo, Teka Simon e Thiago Cucco. As apresentações ocorrem a noite ou durante o dia, nos intervalos ou no início das aulas. Fique atento!

BLUMENAU PRESENTE NO FÓRUM INTERNACIONAL DA BICICLETA

Amsterdã é considerada a capital mundial da bicicleta, a cidade holandesa é referência para ciclistas
FOTO: MAGALI MOSER

POR SHEILA HEMPKEMEYER

Psicóloga graduada na FURB e mestranda em Educação na UFSC <she.hempke@gmail.com>

A necessidade de criar políticas públicas e estrutura para ciclistas é pauta nas discussões do encontro em Medellín, na Colômbia

O Fórum Mundial da Bicicleta (FMB) está na quarta edição e pela primeira vez acontecerá em terras estrangeiras, na cidade de Medellín – Colômbia, entre os dias 25/02 e 01/03. A ideia de um Fórum Mundial sobre bicicleta nasceu após o atropelamento coletivo de ciclistas ocorrido em Porto Alegre em 2011 no final de fevereiro. As duas primeiras edições foram na capital gaúcha e o terceiro encontro em

Curitiba. Primeiramente surgiu da necessidade de se debater a segurança de ciclistas e pedestres na cidade. Mas hoje, o Fórum provoca discussões mais amplas, e tem como tema este ano “Cidade para todos”. Um convite para dialogar

sobre a cidade e todos os seres que circulam, usufruem e vivem nela. Motoristas, pedestres e ciclistas juntos debatendo sobre o compartilhamento dos espaços urbanos de forma harmônica, segura e saudável para todos. Eu costumo dizer que sou um ser pedalante, apaixonada pela magrela, e não somente uma ciclista. Descobri esta paixão há aproximadamente quatro anos, e a relação que tenho com as minhas bicicletas só aumentam meu deslumbramento. Se me perguntassem se caso ou compro uma bicicleta diria: já tenho 3! É um envolvimento afetivo, político e estético, que interfere em toda minha forma de se relacionar com a cidade, com os seres que nela habitam/transitam e comigo mesma. Um mundo de descobertas totalmente inédito e surpreendente a cada pedalada.

Particpei na terceira edição do FMB em Curitiba, tendo como tema “Cidade em equilí-

brio”. Levei minha bicicleta parceira de “guerra”, a Magrelita, só tinha ela na época, e descobri a capital paranaense sobre duas rodas, uma experiência marcante e extraordinária. De lá pra cá o envolvimento com a bicicleta se tornou cada vez mais afetivo e político. E com toda bagagem acumulada e encontros eloquentes nasceu uma pesquisa de Mestrado em Educação com a temática bicicleta e cidade, neste momento, em processo de construção. Por isso a ida ao FMB4 é tão importante e ao mesmo tempo encantadora, já que meu olhar sobre tudo que envolve bicicleta ficou mais aguçado e sensível.

Embarcarei rumo a Medellín – Colômbia com algumas parceiras: um porta sonhos (uma mochila feita por mim especialmente para me acompanhar nesta aventura) e é claro uma bicicleta, dobrável, batizada de Florentida pelo primeiro dono. Além de ir como participante, estarei lá ministrando um workshop com o título: “Pedalar, uma filosofia: construindo narrativas poéticas e reflexões a partir de experiências com a bicicleta”. Parto do princípio que pedalar não seria só um esporte, e que pode ser muito além de uma simples atividade física. Pra mim foi refúgio, potência vital, paixão, interlocutora para um mundo que jamais pensei que existia. Pedalar hoje é a minha vida! E o que mais pode simbolizar para outros seres pedalantes? Qual relação que outros seres estabelecem com a bicicleta na cidade? Estarei lá para tentar desvendar e tecer narrativas que possam auxiliar a compor minha pesquisa, e a minha história.

Partirei somente eu e minhas parceiras de Blumenau, e em Medellín encontrarei outros brasileiros de diversas partes do país, e ficaremos juntos hospedados numa casa coletiva “brazuca”. Estaremos em torno de 30 pessoas nesta casa, dividindo não só camas, mas experiências coletivas no Brasil, e descobrindo juntos o que há no mundo sendo feito para que as cidades sejam de todos. Além é claro de pedalar pela cidade colombiana. Este movimento, de união brasileira nesta casa, surgiu nas redes sociais, mapeando quem no Brasil iria para o FMB4. Não conheço ninguém pessoalmente, mas já os vejo como “cúmplices” de sonhos comuns, meus e deles. Amigos e amigas que ga-

nharão rostos e corpos logo que eu chegar em Medellín.

Há vários desafios que enfrentamos diariamente como seres pedalantes na cidade e é urgente que tenhamos um debate intenso sobre o compartilhamento dos espaços urbanos. Principalmente no que se refere a priorizar uma cidade para todos, uma cidade que eleja em seu planejamento as pessoas como sua preferência. A relação que estabeleço hoje com a cidade, como um espaço coletivo, só foi possível a partir do momento que me entreguei por inteira a bicicleta. Mesmo que eu esteja dirigindo um carro, ou sendo uma pedestre, a cidade se apresenta pra mim em detalhes sutis e ao mesmo tempo berrantes. Expressões artísticas e sensíveis se estabelecem a cada encontro, a cada pedalada. Flano pela cidade enquanto pedalo, e me coloco em processo de criação constante nesta relação. Finalizo com um poema, um convite para adentrar neste universo “pedalístico” comigo e que a minha paixão possa contagiar muitos. Que tenhamos um belíssimo Fórum Mundial e que eu possa voltar cheia de histórias lindas para contar. Afinal, uma cidade feliz e saudável é uma cidade em que todos sejam incluídos!

“Só ciclista vê... a tangerina madura no pé, poças d’água em formato de coração, borboleta a voar por entre os matos, e pousar suave no chão! Bicho-pau no caminho, parar e salvá-lo de mansinho. Traços sutis e singelos dos monumentos, grafites com mensagens repleta de sentimentos. A lua cheia brilhando e iluminando seu percurso, num encantamento intenso e profundo. Só ciclista sente... o aroma de café passado na hora, agora; o cheiro de terra molhada outrora, cheiro da mata, oxigênio puro e revigorante! Sente também, o gás carbônico saindo de “possantes”, e fechadas de motoristas, constantes. Só ciclista ouve... o cantar dos pássaros (“bem-te-viii”), o sussurrar do vento, frases do tipo “saia da estrada seu jumento”. Mas ouve também elogios em inúmeros momentos.

Só ciclista sabe que com a bicicleta, experimentará de forma mais arrebatadora a vida, e que só com ela a felicidade será completa!”

“

Descobri esta paixão há quatro anos, e a relação que tenho com as minhas bicicletas só aumentam meu deslumbramento. É um envolvimento afetivo, político e estético, que interfere em toda minha forma de me relacionar com a cidade.

TRAGÉDIA NO LITORAL/ PROVANDO DO PRÓPRIO VENENO

POR ANDRÉ SANT'ANNA AMARANTE

Delegado de Polícia Civil de Santa Catarina; Pós-graduado em Ciências Criminais pela Universidade Anhanguera-
Uniderp; Professor de Criminologia, Direito Penal e Processo Penal na FURB <andre.deko05@gmail.cm>

Reflexões sobre a morte do surfista Ricardo dos Santos,
na Guarda do Embaú, em Palhoça, no início do ano

Encontra-se ainda presente e ressonante no (in)consciente coletivo, a notícia – e os efeitos de sua propagação – da morte do surfista catarinense alvejado por um policial militar na Guarda do Embaú, município de Palhoça, no começo do corrente ano. Como interpretar esse acontecimento e notadamente sua repercussão, a partir da crítica criminológica? Eis o objetivo almejado nessas breves linhas, sem que se possa deixar de patentear, desde o início, a ausência de qualquer pretensão de exaurimento ou limitação dos âmbitos de abordagem e de respostas possíveis.

Como consequência da exposição quase concomitante dos acontecimentos pela mídia, registrou-se o automático e irreversível anátema do miliciano e a conseqüente corrosão da imagem da instituição policial, inevitavelmente (re)presentada por seu integrante, ainda que em virtude de uma conduta praticada fora do exercício de suas funções, sendo pragmaticamente nulas as tentativas de contenção (desses deletérios efeitos) executadas, ou ao menos declaradas, pela cúpula da instituição, cujo evidente objetivo de retomada de prestígio materializou-se em uma estratégia consistente na exposição pública de uma manifesta e indubitável intenção institucional de responsabilizar o funcionário excepcional, articulação que seria então capaz de retomar uma ilusória normalidade através da ação profilática do meio policial que, por sua vez, devolveria a almejada confiança social. Ocorre que, ao ingressar nesse jogo midiático de execração incontinenti, olvidaram-se os estrategistas que pouco resta à defesa, cujos argumentos são sempre vinculados à manipulação do sistema visando à impunidade. Assim, ao ficar atrelada à informação de que o servidor envolvido possuía histórico de condutas reprováveis, sendo irrelevante o fato de não ter sofrido qualquer punição disciplinar – no referido jogo, a mera existência de procedimento apuratório já subsidia a condenação perante a opinião pública, regra que a referia instituição deveria conhecer com propriedade, pois ajuda a sedimentar diuturnamente –, a pretensão institucional demonstrou ser nada mais que um natimorto, incapaz de impedir o acirramento da desconfiança e do descrédito pela população, situação perniciosa à corporação, pois deversas prejudica futuras barganhas com as esferas governamentais envolvendo reivindicações salariais.

O interessante, contudo, é analisar a postura daqueles que realmente são, ou se consideram, pares do policial. Enquanto a sociedade em geral, inflamada pelos valores excelsos verborragicamente anunciados e promovidos pela mídia, dá manifestações de intolerância, incompreensão e revolta, desejando a punição imediata a fim de aliviar seus medos e anseios; simpatizantes do excomungado social denotam comportamentos de fraternidade, compreensão e benevolência, pretendendo nada mais do que o esclarecimento dos fatos e a aplicação justa da lei, pois, diferentemente da população em geral, conseguem se colocar no lugar do outro que, dentre eles, não recebe a pecha de criminoso.

Neste momento, interessante trazer à baila a visão criminológica de David Garland (“As contradições da ‘sociedade punitiva’: o caso britânico”), ao identificar, na crueldade maniqueísta do sistema oficial, a polarização fragmentada da sociedade que forja uma “criminologia de si” e uma “criminologia do outro”. A primeira “faz do criminoso um consumidor racional, como nós”, cujo objetivo é “banalizar o crime, moderar os medos desproporcionais e promover ação preventiva”. A segunda, por sua vez, é a criminologia “do pária ameaçador, do estrangeiro perturbador, do excluído e do desagradável” e visa “diabolizar o criminoso, a estimular os medos e as hostilidades populares e a sustentar que o Estado

deve punir mais” (op. cit., p. 86).

Sem olvidar da sempre presente necessidade de concepção crítica das teorias centrais pela realidade marginal, percebe-se que a práxis não deixa espaço para a aplicação da “criminologia de si”, essencialmente em razão da impossibilidade do reconhecimento da alteridade. E isso resta bem caracterizado no tratamento conferido ao policial envolvido em condutas desviantes, exemplo de certa forma paradigmático. Não obstante estarmos diante de um Estado-membro em que a imagem ética dos policiais perante a sociedade longe está daquela degradação haurida em outros Estados da Federação, tal detalhe, ainda assim, é incapaz de produzir a mínima fissura na estrutura vigente que absorve com naturalidade o evento em sua singular categoria alienante, sendo que sequer a ocupação social do desviante, que nesse caso deveria atuar em seu favor, possui idoneidade para modificar essa dinâmica e alterar a cultura punitivista, diga-se de passagem, legatária (quando não sinônimo) da cultura policialesca. Assim, percebe-se claramente como nesse, e em todos os casos em que um representante das agências de controle se vê nas teias do sistema repressivo, o feitiço se volta contra o feitiçeiro. Contudo, essa desconfortável situação não tem a força necessária para modificar a estrutura dessa lógica perversa, uma vez que sua economia ainda beneficia os privilegiados detentores do poder, e isso basta.

De outra sorte, a “criminologia de si” permitiria um olhar diferente, construindo a interpretação da realidade e das soluções possíveis por intermédio da visão do humano, em que o erro faz parte da humanidade e não autoriza a desproporção de tratamento, seja na esfera penal propriamente dita, com punições cruéis ou desmedidas, seja na seara processual, com a antecipação da punição e o desrespeito às regras do jogo – diferente daquele jogado pelos meios de capitalização, digo comunicação.

De todo o modo, o que se constata é que a alienação reinante descontextualiza e generaliza os desviantes, produzindo essencialismos e oferecendo soluções universais, o que afasta a possibilidade de alternativas nesta guerra social criada pela política criminal do “mass media”. E nesse campo de batalha, “a distância social tem uma importância particular. Ela aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas” (Nils Christie, “A indústria do controle do crime”, p. 13).

Por fim, cabe mencionar que a “criminologia de si” deve ser alternativa disruptiva, capaz de desnudar preconceitos, possibilitar a conscientização e instrumentalizar a luta contra o fato de que “as subjetividades demandam ainda uma cura para o desamparo e o mal-estar. A ilusão continua lá, intacta, nos corações e mentes dos indivíduos.” (Joel Birman, Mal-estar na Atualidade, p. 144).

“

Encontra-se ainda presente e ressonante no (in)consciente coletivo, a notícia – e os efeitos de sua propagação – da morte do surfista catarinense alvejado por um policial militar na Guarda do Embaú, município de Palhoça, no começo do corrente ano. Como interpretar esse acontecimento e notadamente sua repercussão, a partir da crítica criminológica?

FOTO: ARQUIVO



CONHEÇA NOSSA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

I – CLÁUSULAS ECONÔMICAS

1.1 Reposição das perdas salariais acumuladas, calculadas com base na média dos índices (IPC-FIPE, IPC-M-FGV, ICV-DIEESE, INPC e IPCA-IBGE, IVGP-FURB) no período de março/2014 a fevereiro/2015, incidindo sobre os salários de março de 2015 no percentual de 7,15% (PRÉVIA), com índices de fevereiro/2014 atualizados após divulgação oficial dos órgãos apuradores.

A divulgação dos índices de inflação de fevereiro ainda é uma projeção da inflação esperada até a entrega da pauta a reitoria para início da negociação, estando sujeita a revisão após a data de 10 de março quando teremos oficialmente a série completa para determinação dos índices excluídos (maior e menor) e média correspondente dos considerados para fins desse cálculo.

1.2 Reposição de 7,87%, que deveriam ter sido pagos, referente a perdas remanescentes de períodos anteriores.

OBS: A comissão mista COPLAN, SINSEPE e dois membros (responsável pelo IVGP da FURB e Controladoria) no ano de 2013, firmaram acordo sobre a Nota Metodológica da apuração das perdas históricas que foi aprovada em Assembleia, estabelecendo o índice de 8,89% de reposição inflacionária não paga em negociações anteriores. Com a inclusão de 1% em 2014 somado ao reajuste inflacionário na negociação passada o acumulado da perda a líquida é de 7,866% (7,87%)

1.3 – Reposição do anuênio correspondente ao período 2007/2008 não retroativo.

OBS: Em dois anos os anuênios deixaram de ser calculados sobre os salários dos servidores existentes no quadro de carreira existente na época.

1.4 - Antecipação de 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário para o mês de agosto/2015.

OBS: Foi contemplada em 2014. A resposta da reitoria é a dependência de uma regularidade do fluxo de caixa sendo que a provisão é feita todos os meses. A cláusula é mantida como permanente todos os anos.

1.5 - Incluir nas diretrizes orçamentárias, política salarial que contemple a reposição integral das perdas, sem parcelamento.

OBS: Na votação do orçamento para o ano de 2015, a reposição da perda histórica foi prevista em 1% além da inflação. Nos últimos anos caracterizados pela baixa da taxa de desemprego em nível considerado próximo ao pleno emprego mais de 85% das negociações salariais em diversas categorias conseguiram reduzir as perdas e recompor os salários ou obter ganhos reais. Nesse ritmo a previsão na FURB de voltar aos mesmos níveis salariais de 2000 é de oito anos, ou seja, em 2023.

1.6 - Alteração referente ao pagamento de serviços extraordinários, mediante regulamentação de acordo com os artigos da LC 746 e de acordo com o Decreto 8612/2008, incluindo os contratos celetistas.

Art. 1º Poderá haver convocação de servidor público municipal para prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, para atender a situações excepcionais de trabalho.

§ 1º Considera-se serviço extraordinário de trabalho, para efeito deste Decreto, aquele prestado em período que exceda a carga horária diária de trabalho definida em lei para o cargo e em fins de semana e feriados.

Art. 2º A hora de trabalho realizada sob o regime extraordinário será:

I - paga no valor equivalente ao da hora normal, com os acréscimos fixados no art. 109 caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007;

II - compensada por meio de crédito no banco de horas, nas seguintes proporções:

a) uma por uma e meia, quando realizada durante os dias úteis de trabalho (segunda a sábado);

b) uma por uma e três quartos, quando realizada durante o horário considerado noturno;

c) uma por duas, quando realizada no dia consagrado ao repouso (domingo) ou nos feriados.

Parágrafo Único - Adotar-se-á, prioritariamente, o sistema de compensação por meio de crédito no banco de horas, ficando o pagamento da hora extraordinária, nos moldes do inciso I deste artigo, sujeito à autorização prévia do Secretário Municipal de Administração ou dos Dirigentes Superiores das Autarquias e Fundações.

OBS: O referido Decreto dispõe sobre a convocação de servidor público municipal para prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do município.

Resposta dada em 2014: "A FURB já cumpre rigorosamente as determinações das leis complementares municipais 746/2010, 660/2007 e pelo decreto 8612/2008.

Encontra-se pendente.

1.7 Encaminhar imediatamente ao Conselho Universitário, proposta de regulamento dos direitos garantidos pela LC 746 que dependem de regulamentação interna, em especial no que trata:

1.7.1 – Art. 29 Regulamentação referente à conversão de férias em abono pecuniário.

OBS: A legislação na LC 746/2010 prevê a conversão de 1/3 das férias dependendo de regulamentação interna. Até o momento a FURB define a conversão pela sua conveniência a regulamentação não foi feita até o momento. Em 2013 a resposta encaminhada pelo relato do processo no CONSUNI foi:

"Neste momento será mantida decisão anterior, até que situação financeira comporte esta reivindicação. Prioridade é a reposição salarial. Férias coletivas serão ampliadas adequadas ao calendário acadêmico." Na votação do CONSUNI foi exposto que em 2014 a regulamentando o art. 29 seria apresentado ao Conselho o que não ocorreu.

1.8 Aplicar e cumprir a LC no. 681 (Prefeitura Municipal de Blumenau), que regulamenta o serviço de plantão e regime de sobreaviso.

OBS: As respostas da reitoria sobre essa questão são de que a situação não existe ou de que casos excepcionais seriam avaliados. A legislação da PMB considera o tempo da hora de serviço parcial quando o servidor permanece a disposição para ser chamado a qualquer momento.

Em 2014 a resposta ao CONSUNI foi de que:

"De acordo. Estudo da adoção do sobreaviso em fase final de avaliação, para definição dos locais, cargos, quantitativos, etc. Sua implantação ocorrerá ainda no primeiro semestre do ano em curso."

1.9 Alterar o Art. 42 LC 746 prevendo outros casos excepcionais onde o servidor poderá requerer a conversão da licença-prêmio em pecúnia à semelhança dos Arts. 151 e 288 da LC660/2007 e do Decreto no. 8613/2008 nos casos previstos nos incisos I a VI do Art. 8º.

OBS: Existem casos excepcionais onde os servidores podem passar por situações ineren-

tes a sua vontade como doença grave, calamidade pública, nesses casos limitados e sob análise da assistência social estamos reivindicando, a conversão em pecúnia da mesma forma como previsto na legislação da prefeitura, suas autarquias e fundações. O CONSUNI e reitoria finalizaram em 2014 rever e estudar o assunto em 2015.

LC 660/2007:

Art. 151 O servidor com direito à licença-prêmio poderá optar pelo recebimento em dinheiro de importância correspondente a um terço da licença.

§ 1º No caso de optar pela conversão em pecúnia, deverá o servidor gozar o restante a partir do recebimento.

§ 2º O Município, por critério administrativo próprio, devidamente justificado, em face de necessidade imperiosa, interesse inadiável, excepcionalidade dos serviços prestados pelo servidor requerente ou pela necessidade do servidor por motivos especiais, poderá indenizar o período de licença prêmio restante (dois terços) ou mesmo a totalidade do período, caso assim requeira o servidor, convertendo-o em pecúnia, dentro do critério definido no parágrafo seguinte, desde que haja a concordância do servidor público."

§ 3º A conversão da licença prêmio em pecúnia, em qualquer caso, será considerada como licença gozada.

§ 4º Os critérios administrativos serão definidos e regulamentados em lei específica.

§ 5º Para efeito de cálculo do período de licença convertido em pecúnia será considerado o padrão de vencimento percebido pelo servidor, no cargo efetivo, na data do início do gozo, acrescido das vantagens de natureza permanente.

§ 6º O pagamento da licença prêmio convertida em pecúnia dependerá de disponibilidade financeira do Município, suas Autarquias e Fundações, e será feito nas condições estabelecidas em regulamento. (Regulamentado pelo Decreto nº 8613/2008.

Do Decreto nº 8613/2008:

Art. 7º O pagamento da licença-prêmio convertida em pecúnia dependerá de disponibilidade financeira do Município, suas Autarquias e Fundações, e observará a ordem cronológica de protocolização dos pedidos.

Art. 8º A ordem cronológica de que trata o art. 6º será excepcionada. Para atender pedido de pagamento de licença-prêmio em pecúnia ao servidor que apresentar as seguintes situações:

I - doença grave na família, comprovada por meio de laudo médico;

II - aquisição de medicamentos, órteses, próteses e tratamento especializado nas áreas, entre outras, de fonoaudiologia, psicologia e fisioterapia, devidamente comprovados;

III - problema odontológico na família de caráter urgente, comprovado por laudo de cirurgia dentista;

IV - problema habitacional que exija a reconstrução ou reparação urgente de moradia, comprovado por meio de Laudo do Serviço Social e, quando necessário, do Órgão de Defesa Civil, acompanhado de dois orçamentos do material e da mão-de-obra;

V - dívidas relacionadas ao imóvel utilizado para moradia, quando houver risco de perdê-lo, devidamente comprovadas;

VI - aquisição de imóvel para moradia ou quitação do respectivo financiamento, comprovada pela documentação exigida para a transação e sendo este o único imóvel de propriedade do servidor.

1.10 Revisão da 744/2010 no que se refere a redução em até 5 referências da remuneração do quadro de carreira de técnico administrativos em relação a lei anterior.

OBS: Alguns cargos tiveram reduzidas suas referências iniciais e finais. Isso originou diferenças substanciais que em alguns casos deixaram de estar alinhadas com o mercado de trabalho atual, reduzindo não apenas a manutenção dos quadros atuais bem como a baixa atratividade em concursos e processos seletivos.

II - CLÁUSULAS SOCIAIS

2.1 Implementar política de redução da jornada de trabalho dos servidores para 36 horas semanais.

Em discussão na assembléia. Algumas categorias tiveram sua jornada reduzida em função da atividade de sua profissão, seguindo a legislação nacional, alterando inclusive a LC 744 e 745 e que foram discutidas em 2014, de forma geral a resposta da reitoria é de que :

"A questão da sustentabilidade não permite contemplar a reivindicação"

2.2 Suspender qualquer nova terceirização na FURB de funções que podem ser mantidas/criadas como cargos no plano de carreira dos servidores e realização de concurso público para preenchimento das vagas ocupadas pelos terceirizados.

OBS: A resposta da reitoria em 2014 foi:

"Todos os serviços atualmente terceirizados estão sendo permanentemente analisados, para verificação da relação do custo e benefício (quantitativo e qualitativo). Todos os processos licitatórios e contratos da instituição estão disponíveis para análise."

Os servidores em Assembléia do SINSEPE querem mais transparência nessas avaliações custo/benefício que em alguns casos como serviços de manutenção ou outros são contestadas. No passado por falhas no gerenciamento de contratado a FURB pagou em nome da empresa terceirizada passivos trabalhistas dos serviços de limpeza e segurança implicando em custos maiores do que o esperado. A efetividade ou qualidade de serviços de manutenção como, por exemplo, dos sistemas de ar condicionado e alguns outros entraram discussão. Regras que qualifiquem melhor a empresa prestadora tem sido estudadas nesse sentido e a discussão entre a pertinência de atividade fim x atividade meio continua em uma pauta permanente.

2.3 Ampliar concessão do benefício de abatimento de mensalidade incluindo:

2.3.1 Concessão aos servidores aposentados e seus dependentes nos cursos oferecidos pela Universidade.

A resposta em 2014 foi: "Será estudada uma nova proposta de abatimento para os servidores, que considerará três vetores; tempo de serviço, remuneração e horas de dedicação. A partir desta proposta será possível analisar o impacto e formas de aplicação também para os aposentados."

OBS: Em algumas situações o servidor permanece no serviço ativo mesmo podendo requerer sua aposentadoria em função da falta de uma política nesse sentido para os dependentes. A avaliação continua para 2015. Algumas sugestões para incluir um limite percentual dentro do orçamento dos cursos com menor demanda foram sugeridos. Mas até o momento encontra-se pendente.

2.4 Corrigir as condições de trabalho inadequadas, perigosas e insalubres nos diversos campus da FURB, com a regularização imediata de laudos periciais.

OBS: É o caso por exemplo do hospital universitário, em outras áreas laudos de periculosidade ou insalubridade e seu acompanhamento muitas vezes estão vencidos. Nesse sentido

a prática da FURB é deficiente no acompanhamento da saúde do trabalhador a efetivação do SESMT com o CISSP recém-constituído irá resolver pois a FURB possui práticas que não atendem convenções da OIT que são norma para a maioria das grandes empresas e de órgãos públicos. A regularização será acompanhada ao longo de 2015.

2.5 Ampliar e reestruturar áreas de convivência nos diversos campi da FURB.

OBS: Foi encaminhado o plano e apresentado em 2014 ao CONSUNI as propostas de reorganização por uma comissão que envolve o curso de arquitetura da FURB. Alguns espaços começaram a ser reorganizados no início de 2015. Continua, portanto na pauta esse ano até a conclusão do plano.

2.6 Estabelecer mediante acordo coletivo a regulamentação das férias coletivas, nos seguintes pontos.

2.6.1 Prazo mínimo de divulgação do período concedido.

2.6.2 Critérios para os setores envolvidos.

2.6.3 Prazo de 15 a 20 dias de férias coletivas para servidores técnico-administrativos com direito de opção para sua prorrogação.

2.6.4 Forma de rodízio do saldo de férias remanescente, estabelecendo os critérios de preferência aos servidores.

OBS: a questão foi incluída na pauta em função da reorganização do período das férias coletivas de parte dos setores ocupados por servidores técnico-administrativos. A categoria quer discutir com a reitoria aspectos da definição do período de férias coletivas, bem como os critérios de escolha do período de gozo do saldo remanescente.

2.7 Acompanhar o Programa de qualidade de vida no trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas, compreendendo:

OBS: resposta da reitoria “Em fase de implantação.”

OBS: No CONSUNI ano passado a divisão recebeu nova denominação como secretaria e ficou subordinada diretamente a reitoria. O NUPOF aprovado já assumiu muitas funções para implementar as políticas de gestão de pessoas. A reestruturação do setor e a contratação de novos profissionais foi cumprida em 2014. O programa de qualidade de vida no trabalho que está sendo gradualmente realizada em diversas ações como assistência pré-aposentadoria, programa de integração de novos servidores dos quais as associações e SINSEPES receberam espaço para participação. Definido a manutenção das cláusulas como pauta permanente para participação do SINSEPES.

2.8 Garantir representação do SINSEPES nas negociações referentes aos convênios sociais.

OBS: Está sendo cumprida e o SINSEPES participou das rodadas de negociação dos convênios sociais. Permanece na pauta permanente em cada ano.

2.9 Revisão com participação do SINSEPES, de anteprojeto de lei para alterar a LC 746, em especial no que trata:

2.9.1 – Art. 17 Equiparação do valor do auxílio para servidores com filhos com deficiência ao auxílio creche (prevista no Art. 16), e redução da carga horária em 1/5 para servidores com 40 horas semanais sem prejuízo a sua remuneração de acordo com laudo emitido pelo SESMT renovada anualmente. Extensão do benefício para aplicação no caso de quaisquer dependentes, não restrito apenas aos filhos.

OBS: Atualmente o valor do auxílio para filhos portador de necessidades especiais é de 30% do menor vencimento pago aos servidores da FURB. O Auxílio creche é de 40%. Muitos dos filhos portadores de necessidades especiais não frequentam a creche ou escola. Portanto cabe uma equiparação do benefício de acordo com um laudo de competência do SESMT

A resposta da reitoria em 2014 foi: “Será mantido o benefício atual.”

2.9.2 – Incluir na LC 746 no Art. 30, o inciso IX bem como o correspondente capítulo; a Licença Especial à Gestante de 60 dias (prevista na Lei Complementar 660/2007, Arts. 277 e 278) alterando a redação equiparando o direito da licença para mães biológicas, e benefício do salário maternidade de 120 dias independente da idade da criança.

OBS: A Lei 12.010, de 29 de julho de 2009 (DOU 04.08.2009) (LEI DA ADOÇÃO), que entrou em vigor 90 dias após a sua publicação, descreve no (Art. 7º), além de dispor sobre adoção, em seu Art. 8º, revogou os parágrafos 1º a 3º do Art. 392-A da CLT, que estabelecia a diversidade de períodos de licença-maternidade da mãe adotiva, conforme a idade da criança. Tramita projeto de lei que modifica igualmente a Lei Nº 10.421/2002 no Art. 3º.

O assunto também está na pauta para ser alterada na LC 660 (Estatuto dos Servidores Públicos de Blumenau).

A um entendimento que a restrição desestimula a adoção de crianças de mais idade e não leva em consideração o período de adaptação necessário à nova família.

A resposta da reitoria em 2014 foi: “Aguardar resultado dos encaminhamentos da prefeitura.”

2.9.3 – Art. 38 Alterar as condições para gozo da licença prêmio no Capítulo X Art. 38 da LC 746, retirando as restrições dos parágrafos 1 e 2.

OBS: Está pendente, nova redação definida na Assembléia de 2015. Os docentes atualmente são impedidos de usufruir da licença prêmio no mesmo período dos demais servidores da FURB e do município de Blumenau. Levando em consideração que os períodos são decenais entendemos que essa licença assim como está não deveria ser denominada como licença-prêmio.(grifo nosso).

A resposta da reitoria em 2014 foi: “Aplicação para os docentes precisa estar vinculada ao semestre letivo. Será colocada em pauta permanente para revisão dos critérios.”

2.9.4 – Alterar o Art. 36 e seu parágrafo único equiparando as condições das Licenças por Motivo de Doença em Pessoa da Família, dada também aos servidores do município de Blumenau (LC 660/2007 Art. 37, modificado pela Redação dada pela Lei Complementar nº729/2009).

OBS: Está pendente. A legislação da FURB prevê situações muito mais restritivas em relação à legislação municipal. A FURB não apresentou proposta.

A resposta da reitoria em 2014 foi: “Embora considerada meritória, não há neste momento como contemplar mais este aumento de custo.”

LC 746/2010

Art. 36. O servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, companheiro, companheira, filhos e pais, cujos nomes constem de seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, conforme atestado de junta médica oficial e da assistência social.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo será concedida com:

I - 75% (setenta e cinco por cento) da remuneração no primeiro mês;

II - 50% (cinquenta por cento) da remuneração no segundo mês;

III - sem remuneração, desde o terceiro mês até 24 (vinte e quatro) meses.

Há uma grande diferença entre as condições dadas aos servidores da FURB em relação aos demais servidores do município. Entendemos que poderá ser discutida uma regra

melhor, pois a redução de 75% dos vencimentos já ocorre no primeiro mês, na PMB ela é preservada nos primeiros dias e a redução de 75% ocorre se ela se estender de 31 a 180 dias reduzindo gradativamente.

2.9.5 – Art. 60, inciso V: exclusão do “Art. 84” estendendo aos servidores da FURB o Auxílio Alimentação conforme regulamentação municipal. De forma que os servidores horistas ou com carga horária reduzida recebam a proporcionalidade do benefício.

OBS: Não foi atendida. Permanece na pauta.

A resposta da reitoria em 2014 foi:

“Edital de concorrência pública, para oferta de serviços de alimentação será lançado, contemplando uma alimentação com qualidade e preços subsidiados.”

III – CLÁUSULAS ACADÊMICAS

3.1 Efetivar política de pesquisa e extensão que garanta a alocação efetiva das horas de pesquisa e extensão para todos os docentes da instituição.

OBS: avançou em 2013 com a aprovação da Resolução que regula o regime de tempo integral. E a aprovação da Lei Está pendente em 2014 a resolução que resgata os regimes de tempo parcial 20 horas e outras possibilidades 10 ou 30 horas. Depende de alteração da Lei Complementar 745.

A resposta em 2014 foi: “A Resolução 55/2013 regulamentou a questão das atividades para Tempo Integral; será apresentada nova Resolução substituindo a Res. 70/2004 sobre distribuição de horas, em que contemplará a volta do regime de tempo parcial. Não é possível uma generalização tão extensa sobre a atividade docente, pois as atividades de pesquisa e extensão são muito dependentes de dedicação e qualificação.”

3.2 Preservar as instâncias colegiadas de tomada de decisões.

OBS: Está sendo cumprida. Permanece na pauta permanente todos os anos.

3.3 Estabelecer no âmbito dos departamentos orientação sobre os parâmetros objetivos para requerimento de vagas nos diversos regimes de trabalho e sobre o reenquadramento de docentes na disciplina objeto do concurso que foi extinta ou alterada em função de reforma curricular.

OBS: A Resolução 055/2013 que regulamenta o regime de tempo integral estabeleceu os critérios para distribuição de vagas nos departamentos que estão enumerados no Art.8º da referida resolução.

Houve mudança na situação de credenciamento x autorização de docentes para lecionar. De uma situação permanente de uma vaga sem realização de concurso ela passa a ser temporária de acordo com a necessidade. Deixou de existir a forma de autorização para docência. Atende a legislação dos servidores públicos

Falta avaliar de como essas vagas serão definidas e aprovadas ao longo desse novo trâmite que apenas começou.

3.4 Regularizar os Regimes de Tempo Parcial para professores do quadro.

3.5 Considerar na planilha de horário todas as atividades não contempladas formalmente, tais como: preparação das aulas, correção de trabalhos e reuniões.

Permanece na pauta, a resposta da reitoria em 2014 foi: “Trata-se da concessão de horas atividades denominadas de extraclasse. É meritória, no entanto exige uma reflexão sobre a sustentabilidade da instituição. Tomando como referência a ETEVI, tivemos um acréscimo de aproximadamente 40% nas horas docentes e um aumento no número de docentes substitutos contratados. Será apresentada, junto com a nova resolução de distribuição de horas, uma proposta que contemple as horas atividades.

3.6 Extinção do sistema de alocação de horas e melhoria do sistema de avaliação das atividades docentes.

OBS: A resolução de TI foi aprovada e a de tempo parcial está pendente. A Assembléia deverá sugerir nova redação ou complementar:

A reitoria em 2014 respondeu: O sistema de alocação de horas permanecerá, sob controle do setor de Gestão de Pessoas. Com a adoção do PTI não haverá o conceito de horas não classificadas e compete aos Centros e Departamentos a gestão das atividades docentes.

IV - CLÁUSULAS SINDICAIS

4.1 Assegurar a manutenção do Processo de Negociação Coletiva Permanente e Contratação Coletiva das Cláusulas pactuadas entre o Sindicato e a Administração da FURB.

OBS: está sendo cumprida. Faz parte da pauta permanente todos os anos.

4.2 Garantir a manutenção dos acordos sindicais nas Resoluções desta Instituição, só podendo haver rompimento mediante novo acordo.

OBS: Faz parte da pauta permanente todos os anos.

4.3 Garantir a divulgação antecipada à comunidade universitária da pauta das reuniões dos conselhos superiores, bem como dos pareceres e das atas aprovadas. Além disso, implementar o sistema de transmissão das reuniões dos conselhos superiores conforme aprovado em 2001.

OBS: o sistema de transmissão ainda não ocorre só a gravação em vídeo e o sistema de som é deficiente para uma transmissão.

Resposta da reitoria em 2014: “Divulgação já é feita, salvo quando os relatores não cumprem os prazos. A transmissão ao vivo será implantada na nova sala dos conselhos já projetada. Além desta divulgação, o CONSUNI está sendo avisado, de modo permanente, das comunicações recebidas dos órgãos reguladores externos, e também, como política da atual gestão, a comunicação dos processos de sindicância e administrativos e demandas judiciais relevantes.”

4.4 Garantir a regularização do vínculo empregatício dos servidores técnico-administrativos e professores contratados com vínculo consolidacional por contrato de prazo indeterminado.

Resposta da reitoria em 2014: “Será estudado caso a caso, porque são situações diversas. Se pertinente será submetido ao CONSUNI”.

4.5 Calendarização de reuniões periódicas mensais entre Reitoria e SINSEPES para acompanhamento das reivindicações e garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

OBS: Está sendo cumprida conforme pedido.

4.6 Garantir a liberação dos servidores para participar de todas as assembleias convocadas pelo SINSEPES.

Resposta em 2014: “De acordo, desde que não cause a paralização das atividades do setor de lotação do servidor.”

4.7 Rever a LC 798/11 no seu Art. 1º. que alterou o Art. 43 da LC 746/10 que define a licença para mandato classista de 80 (oitenta) para 160 (cento e sessenta) horas a serem distribuídas na diretoria.

OBS : Por aprovação da referida lei anterior o número de horas foi reduzido, o que é insuficiente hoje para o exercício pleno das funções da diretoria que compõe o SINSEPES. O aumento das representações em comissões, conselhos além das atividades que envolvem a divisão de tarefas da diretoria reduz a dedicação a temas emergentes pela limitação das horas disponíveis.

Ralf Marcos Ehmke - Presidente do SINSEPES

O ABANDONO DE UM PARAÍSO NATURAL

FOTOS: MAGALI MOSER

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

Esperado por mais de 20 anos, Parque Nacional da Serra do Itajaí esbarra em questões burocráticas, como a regularização da área e questões fundiárias, para se consolidar.

Aimensa área verde de mata fechada com trilhas alternativas, lagoas e mais de 50 mil hectares de florestas, leva a rios e nascentes. Mas o lugar convidativo, especialmente nos dias quentes, pela abundância de sombra e água corrente, apresenta sinais de abandono. O público está impossibilitado de fazer algumas das trilhas em função da falta de manutenção. Faltam materiais informativos. Não há sequer um mapa do parque a ser oferecido ao visitante que chega ao local. Criado em 2004, o Parque Nacional da Serra do Itajaí incorporou o Parque das Nascentes, no Distrito do Garcia, e passou a ser administrado pelo ICMBio. Especialistas ouvidos pelo **Expressão Universitária** são unânimes: faltam investimentos na manutenção e estrutura do parque para visitação.

A bióloga e doutora em Ecologia pela USP, Silvia Lúcia Sevegnani, acredita que o parque cumpre sua missão de garantir a preservação da biodiversidade. No entanto, critica a falta de agilidade nos encaminhamentos para a consolidação da unidade de conservação nacional: “Lutamos mais de 25 anos pela implantação do parque nacional. Tínhamos a certeza de que com ele, teríamos avanços nas indenizações e frequência de atividades no parque. Infelizmente isso ainda não tem se consolidado”, lamenta a professora aposentada da FURB.

A bióloga e chefe do Parque Nacional da Serra do Itajaí, Viviane Dausemback, reconhece o problema. O Parque hoje conta com 12 funcionários responsáveis por toda a área da estrutura. São quatro analistas (funcionários públicos), que fazem toda a gestão da unidade - inclusive na área de pesquisa e questões administrativas - e mais oito terceirizados, que se dividem nas áreas de vigilância, recepção, condução (motorista), limpeza e jardinagem.

“Com certeza a estrutura é muito aquém da necessária. Não há material informativo sobre a unidade de conservação. Precisamos de um número maior de pessoas. Veículos em melhores condições. Sabemos que há um grande potencial para educação ambiental, mas hoje não conseguimos fazê-la por ser mais uma demanda de trabalho para uma equipe já enxuta”, analisa.

Alguns dos grandes desafios que se impõe à administração do parque são as inúmeras áreas privadas. Não se consegue fazer uma gestão como as premissas legais definem para uma unidade de conservação nacional especialmente pelas questões burocráticas, que atravacam o processo. De acordo com os últimos dados, de 2009, o plano de manejo do Parque estima em mais de 300 propriedades a serem indenizadas (apenas dez imóveis foram indenizados).

“Com todos os problemas do Parque, a biodiversidade está funcionando lá. A floresta representa uma proteção fundamental contra enxurradas. Se não tivesse a proteção daquele ecossistema, o Garcia poderia ser arrasado a cada tempestade ou chuva forte. O Parque desempenha essa importante função de proteção não só para Blumenau, mas para toda região”, aponta a professora Lúcia.

“Apesar de tudo, é melhor ter um parque mal cuidado do que não ter. O parque das Nascentes foi abandonado e rifado pela FURB e FAEMA, pois queriam livrar-se dessa criança (não houve regularização fundiária). Ele é um exemplo de fracasso da sociedade envolvente e do governo em gerir uma unidade de conservação. Resumindo, esse parque é o atestado da nossa incompetência na gestão de uma unidade de conservação. Um exemplo negativo de como o Brasil

e Blumenau tratam o conservacionismo”, defende Leocarlos Sieves, membro da Associação Catarinense de Proteção da Natureza (Acaprena), que trabalhou na gestão do Parque Municipal das Nascentes.

Segundo Sieves, quando o então Parque das Nascentes era gerido pelo município, no caso pelo Instituto Parque das Nascentes (IPAN), havia grande visitação no local, acomodações no Casarão para pernoite e educação ambiental com as escolas. Os visitantes eram recebidos por universitários e o parque tinha empregados permanentes na manutenção. Ele lembra que esse período graças às articulações com a prefeitura, Justiça Federal, FURB e sociedade em geral foi construída uma ponte pênsil que liga ao quiosque, (a antiga pinguela da Rua Santa Maria), o mirante no Morro do Sapo, onde voluntários carregaram os toros de eucaliptos e sapatas até o topo por dois domingos. “Tudo isso feito com baixo custo de gestão, mas as entidades entenderam R\$ 2.000,00 por mês um inconveniente e rescindiram o contrato com o IPAN, tentam empurrar a bola pra frente”, resume.

“Este é o retrato do descaso do governo federal para com a proteção da biodiversidade do país mais biodiverso do mundo, que é o Brasil. Apesar de tudo, não podemos ser contra parques e outras categorias de Unidades de Conservação, elas são imprescindíveis em todo o mundo e o momento é crucial, pois, a ameaça à biodiversidade atual já atingiu um nível tal que está muito perto do não retorno, em outras palavras, a ação humana no planeta já está extrapolando os limites de segurança para a proteção da biodiversidade, mas parece que o governo federal não enxerga isso”, avalia o professor, naturalista e ecólogo, Lauro Bacca.

SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE

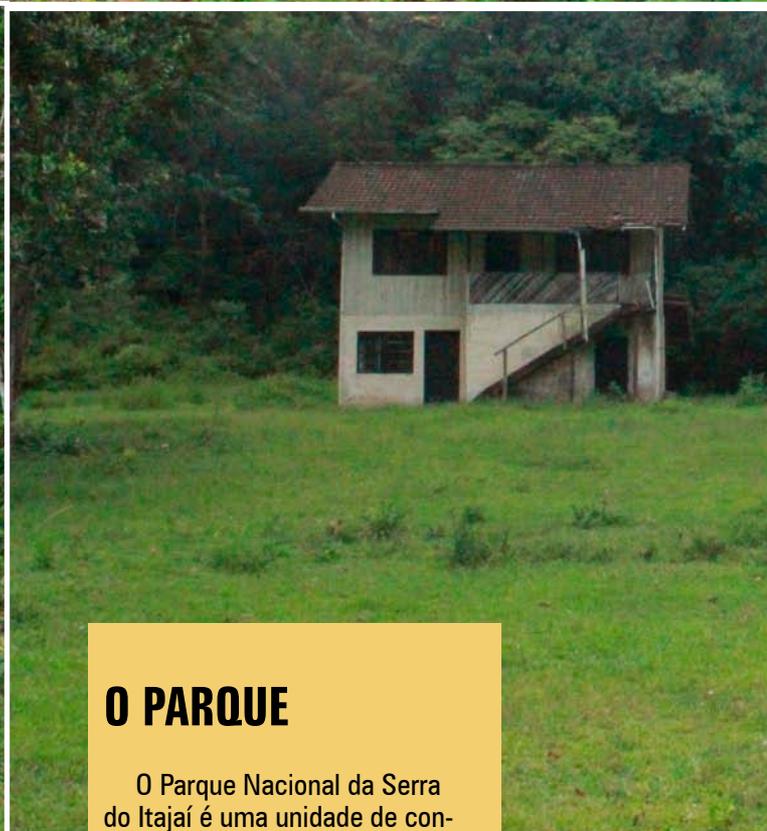
O presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA), Jean Carlos Naumann, reconhece os problemas que impedem a consolidação do Parque Nacional em Blumenau, com as ações efetivas de preservação ambiental e de visitação. “Essas atividades demandam investimentos. A questão sempre cai nos recursos financeiros. Se em tempos de ‘vacas gordas’ já é difícil garantir os recursos para isso, em tempos difíceis, costuma ser a primeira área a sofrer cortes. A melhor forma de administrar o Parque seria em conjunto entre ICMBio, FAEMA e FURB”, acredita. Segundo ele, o estado de abandono é ainda mais crítico na subsede do Parque, no local conhecido como Faxinal do Bepe. Um dos outros pontos levantados por ele com preocupação é o uso de armamento por parte dos trabalhadores responsáveis pela vigilância do Parque. O presidente da FAEMA acredita que o uso de arma deveria ser abolido a fim de evitar situações fora de controle. “Há um certo despreparo nesse sentido e o risco de acidentes”, conclui.

O professor Bacca defende que bastariam em torno de R\$ 500 milhões para colocar os parques brasileiros em condições mínimas de viabilidade. A verba já disponível por conta das compensatórias ambientais. “Mas isso não é nada diante da importância dessas áreas para o equilíbrio ecológico e bem-estar para as populações humanas”, considera Bacca.



“

Este é o retrato do descaso do governo federal para com a proteção da biodiversidade do país mais biodiverso do mundo que é o Brasil. Apesar de tudo, não podemos ser contra parques e outras categorias de Unidades de Conservação, elas são imprescindíveis em todo o mundo e o momento é crucial



ENTENDA O HISTÓRICO DO PARQUE

O parque já teve vários nomes e pertenceu a diferentes proprietários. Nasceu como Parque Ecológico da Artex, criado pela empresa têxtil. Em 17 de abril de 1998 a FAEMA e a FURB firmaram convênio para monitoramento do Parque Ecológico da Artex. No mesmo ano, em 5 de junho, foi sancionada a lei municipal criando o Parque Municipal das Nascentes do Garcia.

Como proprietária da maior parte da área, a Artex fez a doação do terreno à FAEMA e FURB que assumiram o comando das atividades na unidade até 2004, quando foi criado o Parque Nacional da Serra do Itajaí. O ICMBio assumiu o comando em seguida. Há um imbróglie jurídico sobre o caso. Apesar de a Artex ter feito a doação do terreno à FURB e FAEMA, a transferência do imóvel não ocorreu. Seria um valor muito alto a ser pago pela Universidade, considerando a dimensão do terreno. Com a criação do Parque Nacional, em 2004 e a falência da Artex, a então administradora de bens da massa falida Kuala S/A viu a possibilidade de ser indenizada com a área. Desde então, o impasse.

Em entrevista ao **Expressão Universitária**, o reitor João Natel Pollônio Machado lamentou a situação atual. “A FURB mantém ainda algumas atividades e projetos de pesquisa no parque, mas está longe de ser o que poderia”, argumenta.

Ele acredita que reverter o parque para o município é o pior possível. “A FURB não considera isso coerente. A coerência é criar a estrutura para manter o parque nacional. As questões fundiárias atrapalham o processo mas não são argumentos para não se investir no parque”, conclui o reitor.

A doutora em Direito Ambiental e coordenadora da pós-graduação em Engenharia Ambiental da FURB, Noemia Bohn, é taxativa: “O parque deveria se manter fechado até a resolução das questões jurídicas e fundiárias. Não acho justo a Kuala receber indenização por isso, já que foi feita a doação pública pela Artex e desde a criação do Parque a FURB investiu recursos lá”, entende.

A professora acredita que a prioridade é sanar as questões que deveriam ter sido resolvidas há anos e ainda não foram. Além disso, ela conclui que seria necessária uma pressão popular para garantir a abertura do parque em condições de atender aos visitantes.

A diversidade é uma marca do local, com o registro de 357 espécies de árvores (47% das espécies ocorrentes em Santa Catarina), 220 espécies de aves (38% de todas as aves e 68 % das espécies terrestres do estado), 39 espécies de anfíbios e 56 de mamíferos Na lista das espécies de ameaçadas que estão protegidas nesta UC, constam o papagaio-de-peito-rosa, gavião-pomba, papo-branco, gato-maracujá, maria-da-restinga e onça-parda.

O PARQUE

O Parque Nacional da Serra do Itajaí é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral da natureza localizado no Distrito do Garcia, com território distribuído nos municípios de Ascurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

ONDE FICAR

O Parque Nacional da Serra do Itajaí não possui alojamentos para visitantes ou pousadas e não é permitido acampar dentro dos limites da Unidade de Conservação.

INGRESSOS

O Parque pode ser visitado durante o ano inteiro, mediante prévia autorização. A entrada é franca. Informações: (47) 3326-1527 ou parnaserradoitajai.sc@

A EDUCAÇÃO E O RACISMO INSTITUCIONAL: O CICLO DA VIOLÊNCIA

A tentativa de negação do racismo, comum na sociedade brasileira, como se mostra em pesquisas, é um dos principais obstáculos para garantir a eficácia no combate à discriminação.

POR ALINE FIDELIS

Estagiária na Câmara Municipal de Blumenau e graduanda do Curso de Ciências Sociais da FURB
<alineangel23@gmail.com>

A discriminação racial e social está intimamente relacionada à violência urbana. Ora, temos um ponto de partida para realizar uma análise contundente acerca da discriminação racial no país. Ou será que o que temos, é uma premissa para desvendar do porquê a violência urbana é caso crônico em nossa sociedade moderna? Poderíamos discorrer amplamente sobre os dois, porém o foco desse texto é tentar compreender como de fato a educação e o processo de escolarização auxilia no processo de reprodução do racismo institucional. As pessoas costumam negar a existência do racismo e também a negarem que são racistas, em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2003, 87% dos brasileiros consideram que o país é racista, mas só 4% se assumem racistas, portanto racistas não se reconhecem como tal, porém praticam o racismo.

“O racismo constitui-se num processo

de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar na percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna). É neste sentido que, como afirma Guimarães (1999), o racismo é uma redução do cultural ao biológico, uma tentativa de fazer o primeiro depender do segundo.” (Vala e Lima 2004, Pág 2).

As bases para desencadear uma expressão de inferiorização são de conteúdo biológico, primeiramente. Assim como os demais preconceitos sofridos e vividos pelas mulheres, os indígenas, os homossexuais, lésbicas, transexuais. Todos esses preconceitos se baseiam na biologia para tentar fundamentar tal inferiorização. Estamos em

2014, porém o discurso da biologização ainda persiste, tanto no senso comum, como até mesmo na academia, pois é. Quando ocorre a naturalização do aspecto biológico, abre-se um precedente para que as injustiças sejam legitimadas, isso funciona quase que de maneira automática. Dentro do serviço público no Brasil, tem-se tentado combater o racismo institucional. O sistema único de saúde brasileiro - SUS, lançou recentemente campanha contra o racismo, incentivando os usuários que se sentissem discriminados por causa da cor de sua pele a denunciarem tais práticas. Segundo o site Agência Brasil, a discriminação não significa que quando um negro entra no posto de saúde ele é xingado, a discriminação se dá com base no modo como a instituição promove os serviços e olha para a pessoa; não escutando suas queixas, não tratando com cidadania, sabe que a população negra tem alguns agravos na saúde por causa da raça e isso não é levado em consideração. O grande problema sob o ponto de vista da eficá-

cia é que esta medida é urgente, no entanto trata apenas da consequência e não da causa. O racismo que ocorre no SUS não deve ser peculiaridade do mesmo. Na educação, o processo de discriminação por causa da cor da pele ocorre tão sutilmente, leia-se sutilmente para quem a pratica e violentamente pra quem recebe, que quase não se encontram textos e discussões sobre esse tema.

Usarei uma experiência profissional minha, para exemplificar o modo como percebi o racismo institucional pela primeira vez. Trabalhei numa escola que recebia crianças de 0 a 6 anos, tinha convênio com uma empresa têxtil, portanto, a empresa bancava as mensalidades dos filhos dos trabalhadores. Mas essa escola, era uma escola privada, então, também recebia crianças pagantes. Algumas crianças negras viviam em situação precária, nem sempre os pais dessas crianças tinham dinheiro suficiente para comprar amaciante de roupas, por exemplo, e dessa forma, deixar as roupas de seus filhos cheirosas, nem sempre também, os pais tinham condições de comprar roupas da estação para os filhos. Mas esse fato, era visto, por parte das profissionais da educação como falta de interesse dos pais e não como uma questão socioeconômica desfavorável. Ocorre que todas essas circunstâncias, além de outras, como um tratamento diferente na recepção dos alunos, brancos e negros na porta da escola, assim como, segurar no colo, abraçar, cheirar as crianças somente de pele branca, faziam com que se naturalizassem tais práticas e elas eram tão sutis que dificilmente alguém constataria ou assumiria tal situação. Mas eu percebi. Ver o tamanho do carinho e da atenção que ocorria somente as crianças de pele branca, ver o desprezo e invisibilidade na forma em que as crianças negras eram tratadas me fez perceber que o racismo é institucional também na escola.

É na primeira infância que o ser humano aprende valores que pautarão seu comportamento para o resto da vida. A primeira constatação dessa violência se dá, porque nenhum profissional da educação reconhece a naturalização do racismo. Segundo porque as crianças brancas aprendem a tratar os colegas negros da mesma forma que veem os professores as tratando, e o que é pior, crescem acreditando que são melhores que eles e que é normal tratá-los de forma inferior, porque justamente sentem-se superiores. “Ora, se a minha professora só me elogia, eu devo ser melhor mesmo”. A terceira e mais dolorida violência, se dá na falta de reconhecimento sentida pelas crianças negras. “Por que mesmo eu me esforçando tanto eu não sou elogiado? Por que eu não recebo tanto carinho e afeto?” O grande ciclo da violência institucional na escola tem seu início com uma criança negra sendo violentada pela indiferença de quem por obrigação devia acolhê-la e fazer



sentir-se congênere. Posteriormente, ocorre que está criança violentada e discriminada, irá dar continuidade a esse ciclo de violência, violentando talvez um branco na rua. Outros brancos virão e violentaram novamente esse negro, para fazer justiça a violência legitimada e socialmente aceita em nossa sociedade, que é somente a violência do negro contra o branco, do pobre contra o rico - cidadão de bem. É um ciclo que não vai terminar, se antes, medidas urgentes e efetivas não forem tomadas para barrar esse ciclo de uma vez por todas. Segundo o site anistia.org, em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. Um dos motivos que explicam do porquê morre-se tantos jovens negros no país na atualidade, é por causa do dispositivo chamado “autos de resistência”. Trata-se de uma lei criada na época da ditadura militar, cuja principal medida é justificar a violência policial sem necessidade de investigação ou apuração dos fatos. Sintetizando, a PM tem carta branca para matar jovens negros (sejam eles “marginais” ou não), sem o ônus da acusação e julgamento. Ou seja, assistimos no noticiário todos os dias as imagens da violência socialmente aceita e já naturalizada, do policial em sua grande maioria branco, assassinando negros em periferias por todo o país.

Enquanto não for tratada a causa do racismo, a justiça com a população negra, não será feita. Mas como podemos pensar a prevenção do racismo? Na escola o racismo se previne, na maneira como se dá a própria formação dos profissionais da educação, em primeiro lugar. Porém, as instituições

de ensino superior e mais especialmente os cursos de licenciatura, estão cada vez mais, abrindo modalidades onde o ensino, progressivamente o ensino, se precariza que é o caso por exemplo, da modalidade de ensino à distância. A falta de contato com a realidade, quando o ensino se dá somente através da leitura de módulos de ensino e testes para memorizar o que foi lido, é um agravante, além de ser um perigoso indicio de que a educação é algo secundário, sob o ponto de vista da emergência social. Portanto, mais do que se apropriar dos conceitos e conteúdos que irão ser abordados futuramente em sala de aula, com os alunos, na escola básica, as licenciaturas devem ter como características fundamentais a discussão, a problematização e a criação de propostas para solucionar os grandes conflitos sociais existentes em nossa sociedade moderna. Do contrário, se esse contato e reconhecimento da realidade passar despercebido para esse licenciando, é bastante provável que esse futuro profissional reproduza os valores tradicionais que são os justamente discutidos aqui nesse texto como a questão do racismo, além dos não menos importantes como a homofobia, o machismo, a criminalização da pobreza, a intolerância religiosa.

As relações sociais só mudam, quando mexemos na raiz das mesmas. Mas como se alteram as bases que sustentam essa grandiosa estrutura? Alterando as instituições, aquelas que garantem a reprodução desses valores questionáveis que presenciamos e por vezes nos calamos quase que sempre. Não adianta reformar a estrutura física da escola, no sentido de modernizá-la, como por exemplo, sugerem alguns teóricos da educação. Mais do que tirar as paredes da sala de aula, precisamos quebrar as paredes invisíveis que impedem os profissionais da educação de promoverem, pelo menos em sala de aula, o respeito, a igualdade e a solidariedade levando em conta as histórias e modos de ser de cada aluno. O professor precisa entender que é responsável de maneira muito significativa na formação de pequenos cidadãos, mas para tanto, precisa ao lado de sua capacidade teórica, possuir também bagagem ética e humana.

REFERÊNCIAS:

LIMA, Marcus E. O.; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia, pag. 401 – 411. Ano 2004.

Disponível em: Unicamp: http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php?id_article=280

Acesso em: 27/11/2014.

Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegroativo/>

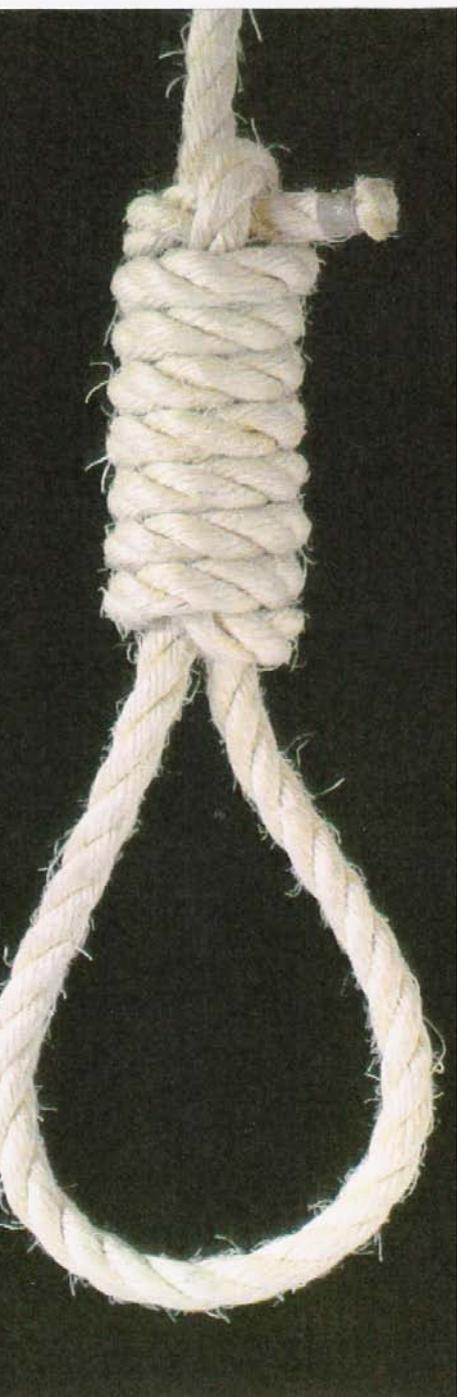
Acesso em: 27/11/14.



A PENA DE MORTE BRASIL X INDONÉSIA

POR RODRIGO FERNANDO NOVELLI

Mestre em Ciência Jurídica, Advogado, Coordenador da Comissão de Segurança Pública da OAB – Blumenau, Professor de Direito Penal e Processo penal da Furb e do Morgado Concursos. < rodrigo@novelli.adv.br >



Desde o início gostaria de deixar claro que sou contra a pena de morte, não importando a espécie de crime cometido, muito menos a quantidade de delitos praticados.

Diante desta não tenho a pretensão neste artigo de analisar se a pena de morte é válida, ou ainda se necessária. Contudo busco analisar a pena de morte aplicada ao brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira no dia 17/01/2015, bem como a posição do Estado brasileiro neste episódio.

A Indonésia é um país soberano que tem uma política contra as drogas muito clara. Pune com a pena mais severa o tráfico, inclusive há informação no próprio aeroporto internacional de Jacarta aos estrangeiros recém-chegados sobre a punição para esse crime.

A política contra as drogas da Indonésia tem a sua explicação na História.

A Indonésia também foi vítima dos efeitos do contrabando realizado pela Inglaterra em meados dos anos 1800 especialmente para a China da substância conhecida como ópio (é uma substância entorpecente extraída da papoula, e causa dependência química em seus usuários) e, para tanto, historicamente a Indonésia tal qual a China, adotam uma política de repressão a qualquer tipo tráfico de substância entorpecente.

O brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira ingressou na Indonésia com 13 kg de cocaína, e por isso foi julgado perante o Poder Judiciário daquele país, sendo sentenciado à pena de morte por fuzilamento, tal qual determina a lei para crimes de tráfico de drogas.

O Estado brasileiro desde o ano de 2005, através de seu corpo diplomático, e até mesmo da Presidência da República, buscou apelar para o sentimento de humanidade dos Presidentes da Indonésia pedindo clemência ao brasileiro Marco.

Apesar do esforço a pena foi cumprida para o brasileiro e outros 5 condenados no dia 17/01/2015.

Diante deste panorama buscamos analisar as penas de morte aplicadas no Brasil e na Indonésia neste caso específico.

No Brasil há duas situações onde a pena de morte é prevista, uma de forma expressa e outra de forma implícita. Vejamos: O artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal, determina que não haverá pena de morte, salvo em

caso de guerra declarada, nos termos do artigo 84, XIX.

A pena de morte em caso de guerra declarada somente pode ser aplicada para os infratores dos crimes previstos nos artigos 355 a 410 do Código Penal Militar, e mais, segundo o artigo 56 do Código Penal Militar, a pena é executada através do fuzilamento (tal qual na Indonésia).

A pena de morte neste caso somente poderia ser aplicada depois de passados 07 dias da comunicação da sentença transitada em julgado para o Presidente da República, que poderia conceder o indulto individual. Contudo há ainda a possibilidade da sentença ser executada imediatamente quando o exigir o interesse da ordem e da disciplina militar.

A outra hipótese de pena de morte prevista no Brasil, não está expressa na norma, contudo está prevista implicitamente.

O Decreto nº 5.144 de 2004 regulamentando artigo do Código Brasileiro de Aeronáutica que autoriza o chamado “tiro de abate” assim se manifesta: a aeronave suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins que não atenda aos procedimentos coercitivos descritos no art. 3º será classificada como aeronave hostil e estará sujeita à medida de destruição.

Há a autorização do abate de uma aeronave (com a consequente morte de todos os tripulantes) sem que seja respeitado o direito a ampla defesa, ao contraditório etc. ainda que haja somente a mera suspeita de tráfico de drogas.

Apresenta-se discrepante a postura do Estado brasileiro, pois pediu formalmente que um Estado soberano deixasse de cumprir a sua lei por uma questão de humanidade, e ao mesmo tempo detém previsão de pena de morte sem que sejam respeitados os direitos mais básicos de um processo para a imposição de responsabilidade criminal.

A Indonésia ao aplicar a pena de morte, só a determina quando possibilitado ao acusado todos os meios de defesa possíveis, ao contrário do que está previsto na legislação brasileira quando aplica a mesma espécie de pena, e mais, no Brasil conforme a autorização do “tiro de abate”, a pena de morte pode ser aplicada quando houver a mera suspeita da utilização de aeronave para o tráfico de drogas.

A execução do brasileiro Marco Archer, apesar de discordar diametralmente da pena de morte, é reflexo do exercício da lei de um Estado soberano.

INVESTIMENTO E POUPANÇA - QUE FAZER COM O MEU DINHEIRO?

POR NAZARENO SCHMOELLER

Professor do Departamento de Economia da FURB <nazareno@furb.br>

Você poupa primeiro e depois investe? Ou investe primeiro para ter poupança depois?

Sem investimento não há poupança.

O que é investimento? Investimento é um consumo, só que para a compra de bens que vão gerar novos bens, ou seja, quando se utiliza dinheiro para gerar mais dinheiro. Construir uma fábrica, comprar um caminhão ou picape para fazer frete, fazer um curso de qualificação... tudo isto é um investimento.

Se você fizer uma aplicação financeira... na realidade não é um investimento, é uma poupança, ou melhor, um não gasto, e você estará emprestando este dinheiro para alguém fazer um investimento. Quer dizer que para a tua poupança render juros, alguém tem que pegar este dinheiro e investir, para gerar renda e te pagar os juros.

Se você por o teu dinheiro debaixo do colchão é uma poupança? Sim, só que não vai render juros, porque ninguém está investindo este valor. Deu para entender?

Logo, pela lógica, o que teremos para fazer?

1 - Sempre procurar ampliar os investimentos, ou seja, me-

lhorar nossa condição econômica, com capacitação, formação profissional para melhorar nossa capacidade de poupança. Esta é a principal orientação.

Depois:

2 - Ganhar mais e gastar melhor.

3 - Organizar as contas e ajustar os gastos fixos: luz, água, telefone, TV a cabo, combustível.

4 - Antes de começar a pagar as contas, poupar uma parte dos ganhos (não tem regra, quanto mais, melhor).

5 - Pesquisar tudo antes de comprar. Precisamos ter uma ideia dos preços, por isto precisamos pesquisar pelo menos em dois ou três lugares diferentes.

6 - Utilizar a forma de pagamento que melhor se adapte ao seu estilo. Dinheiro, débito, crédito, cheque, boleto. Olha! Para financiamento, o melhor é o boleto, porque se por acaso atrasar, a multa e os juros são menores do que os do cartão ou do cheque especial.

7 - É a pergunta do milhão: Será que preciso mesmo comprar isto?



JAIME BATISTA DA SILVA

TRANSPORTE COLETIVO: **TARIFA ZERO** FAZ PARTE DA NOVA GESTÃO PÚBLICA SOCIETAL PARTICIPATIVA

Aumento da passagem de ônibus em Blumenau para R\$ 3,30 levanta possibilidade de haver um transporte totalmente gratuito para a população

POR JEAN VOLPATO

Jornalista, Pós Graduado em Gestão Estratégica em Políticas Públicas < jeanblu.vp@gmail.com >

De acordo com o Art. 5, inc. XV da Constituição Federal de 1988, é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. No entanto tal direito é violado, quando partimos da premissa, que uma parcela da população é impedida de se locomover por questões econômicas. Dessa forma são impedidas de ir à escola e ter acesso à educação, ir ao hospital e ter acesso à saúde, ou qualquer outro motivo.

O Estado, uma vez cobrando tarifa mínima, acaba violando a população em seu direito mais básico de ir e vir. Tratando de forma igual, os desiguais, impedindo a equidade de condições para todos. Essa tratativa também é grave quando partimos pela ótica do planejamento urbano das cidades e o meio ambiente. A tarifa no transporte coletivo desestimula o cidadão a abandonar o transporte motorizado individual, que em muitos casos, são conduzidos por apenas um condutor.

O trânsito caótico das grandes e médias cidades, é uma realidade, e as grandes obras de infraestrutura, já não garantem mais a solução para o congestionamento. Com milhares de carros circulando pelas cidades, a poluição urbana já é uma realidade, causando sérios riscos de saúde a população. Não

é exagero afirmar, que a falta de financiamento público para o transporte coletivo urbano, é uma lógica que não condiz com a gestão moderna e inteligente. Uma vez que os gastos com infraestrutura, pensão com acidentes, gastos de saúde causados pela poluição entre outros aspectos, contabilizam uma fatia orçamentária significativa.

O movimento de massa, presente principalmente no movimento estudantil para a implantação da tarifa zero no transporte coletivo, vem frente a necessidade de romper com a lógica atrasada neoliberal e gerencial de terceirização na prestação de serviços públicos e essenciais para vida humana. O modelo mercadológico é sucateador e visa tão somente o lucro, precarizando o serviços prestado para população.

“

O movimento para a implantação da tarifa zero no transporte coletivo rompe a lógica atrasada neoliberal e gerencial de terceirização na prestação de serviços públicos

CURTAS

PROPAGANDA ENGANOSA

Há instituições de ensino superior utilizando como peça marketing o conceito do Índice Geral de Cursos da Instituição – IGC, que é um indicador de qualidade para faculdades, universidades e centros universitários. Este indicador é baseado na qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado). Para definir a qualidade dos cursos de graduação, o Ministério da Educação usa o CPC que é o Conceito Preliminar de Curso. O Conceito Preliminar de Curso vai de 1 a 5, sendo 1 o nível mais baixo e 5 o nível mais alto. Ele utiliza diversos parâmetros como a infraestrutura da instituição, desempenho dos alunos, entre outros. Há, portanto uma pontuação e critérios de um ranking em separado para as Universidades, para as faculdades independentes e outro para os centros universitários. No entanto uma IES na categoria de Centro Universitário tem divulgado em Blumenau e região um ranking estadual misturando as três categorias e se posicionando como a terceira melhor de Santa Catarina, depois da UFSC e da UDESC utilizando o IGC contínuo. Trata-se de uma incorreção, pois os critérios para avaliar as Universidades são diferentes do das outras IES de categoria distinta.

MANIFESTAÇÕES DAS CENTRAIS SINDICAIS

Estão marcadas até o fechamento dessa edição as manifestações contra as decisões do governo que reduziram benefícios trabalhistas e de aposentados. O atual governo ainda em campanha declarou categoricamente a preservação das questões que envolvem o trabalho. No primeiro mês de mandato expediu medidas provisórias que limitam o acesso ao seguro desemprego e a redução em 50% das pensões por morte dentre os pontos principais que causaram contrariedade às centrais sindicais, sindicatos e trabalhadores ainda no curto prazo onde os ecos da campanha ainda se fazem ouvir. Essas discussões não foram ponderadas pela natureza do funcionamento do próprio seguro-desemprego e do que aconteceu nos últimos anos no Brasil. Como o grau de informalidade foi expressivamente reduzido, os antigos sem-carreira também agora são contribuintes do INSS o que aumentou proporcionalmente os desembolsos com o seguro desemprego. Não se ponderou que a população mais jovem que ingressa no primeiro emprego, ou trabalhadores com menores salários e menor qualificação está sujeitos a maior rotatividade no sistema. As condições da pensão por morte também são diferentes em função da ocorrência na relação com a idade do falecido com a dos seus beneficiários. No entanto nada disso foi considerado. As manifestações vão continuar, pois a confiança com o governo está estremeçada e queremos o diálogo e a reversão dessas medidas.



SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA DA FURB SERÁ EM MAIO

O Centro Acadêmico de História da FURB promove entre os dias 4 a 8 de maio a XXII Semana Acadêmica do curso com o tema "A História em perspectiva: desafios do historiador no sec. XXI". A programação completa está no site do evento: <http://cahclio.wix.com/xxiisemanaacademica>

Já estão abertas as inscrições para apresentação de trabalhos nos simpósios temáticos. Este ano o evento contará com simpósios para diferentes interesses. Dentre os já confirmados estão: História da África, História da América, História(s) do Brasil, História Antiga e Medieval, Práticas de Ensino em História, Teoria, Metodologia e História da Historiografia, História Ambiental e História(s) do tempo presente. Entre as presenças já confirmadas, estão: Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata (UFOP), Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG), Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC), Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva (UFPR), Prof. Dr. Gilberto da Silva Francisco (UNIFESP) e Prof. Me. Fábio Paiva Reis (UM - Portugal).

PROFESSOR APOSENTADO DA FURB LANÇA NOVO LIVRO

O professor aposentado da FURB, José Endoença Martins, prepara lançamento de seu novo romance "O Dom de Casmurro", ainda sem data definida. O livro insiste na proposta romanesca preferencial do autor: O diálogo com Dom Casmurro, obra maior de Machado de Assis. Endoença utiliza em "O Dom de Casmurro" uma paródia denominada Signifyng, onde resgata personagens antigos de seus romances anteriores para inseri-los em um novo contexto e formar uma nova história. A história tem como plano de fundo, o anos de chumbo que marcaram o Golpe Militar e infelicitou a vida brasileira por mais de vinte anos. O Dom de Casmurro apresenta como elemento deflagrador da trama a briga entre um desconhecido e um estudante de Direito no RU da UJ, onde o estudante é um Coronel do exército e o agressor é Casmurro. José Endoença Martins é afro-brasileiro nascido em Blumenau e doutor em Literatura Afro-Americana e Estudos da Tradução. Conhecido por escrever poemas, ensaios contos e artigos jornalísticos, esse autor já publicou outros dois romances "Enquanto Isso em Casmurro" e "Legbas, Exus e Jararacumbach".



Esta última obra, o autor começou a escrever em outubro de 2013 e terminou em dezembro/14. "Sempre lido com a Signifyn(g) que, em síntese, trata-se de conversação ou diálogo entre pelos menos dois romances negros ou de autores negros. Os meus romances conversam com os do afrobrasileiro Machado de Assis e os da afroamericana Toni Morrison", avalia o professor.

MAGISTÉRIO CATARINENSE EM MOBILIZAÇÃO



O magistério catarinense mostrou mais uma vez sua força. Aproximadamente 500 pessoas estiveram na Assembleia Legislativa do Estado em Santa Catarina, fim de fevereiro e conseguiram barrar a leitura da MP 198 que retira direitos dos professores ACTs e os transforma em horistas. É importante ressaltar que é uma importante vitória, mas parcial. A Comissão de Constituição e Justiça pode chamar uma sessão extraordinária e encaminhar o projeto as outras comissões e ao plenário. O Ato também serviu para a categoria pressionar a direção majoritária do Sinte Estadual a antecipar a Assembleia Estadual.

MUDANÇAS NO FIES DEIXAM ESTUDANTES CONFUSOS NA FURB

MEC determinou que só pode usar o programa quem estuda em instituições que aumentaram em no máximo 6,4% as mensalidades. Na FURB, o aumento foi de 8,59%. No último semestre, 2.675 alunos renovaram o contrato do FIES na FURB.

As novas regras anunciadas pelo Ministério da Educação (MEC) para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) final de fevereiro surpreenderam professores e alunos. Na FURB, as medidas geraram dúvidas e questionamentos. As novas regras foram publicadas no Diário Oficial da União em 23 de fevereiro. Até o fechamento desta edição, estudantes aguardavam um posicionamento oficial para esclarecimentos.

O novo critério para quem pode participar do programa é um dos pontos mais polêmicos. Com as mudanças, apenas acadêmicos matriculados em faculdades que tenham reajustado em no máximo 6,4% nas mensalidades estão aptos a ingressar ou continuar com o Fies. No último semestre, 2.675 alunos renovaram o contrato do FIES na FURB.

Segundo a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), 435 mil estudantes devem ficar de fora do Fies por causa das novas regras. A presidente da Federação diz que a maioria das instituições reajustou as mensalidades acima do teto. O medo de perder o benefício tomou conta dos universitários da FURB.

“O ENSINO SUPERIOR SEMPRE FOI UM SONHO PARA MIM”

“Há treze anos eu tentei cursar uma faculdade na área da Saúde, mas não pude por causa do alto custo da mensalidade. Eu sempre quis estudar e concluir o ensino superior, sempre foi um sonho, mas um sonho difícil. Há sete anos engravidei e minha bebê precisava de mim. No ano passado, com ela crescida, e com as oportunidades de financiamento estudantil, eu pude me matricular e cursar a faculdade. Foi uma coisa muito positiva a ampliação das possibilidades de acesso ao FIES. Estou estudando e estou muito realizada com minha escolha. Mas se o FIES for cortado por causa deste conflito do reajuste, mais uma vez meu sonho será interrompido. Por outro lado, também temos ouvido comentários sobre corte nos recursos do FIES, ou sobre burocratização no acesso, o que também é de se lamentar, pois isto pode dificultar ou inviabilizar o acesso de novos estudantes.”

Renata Antônia Ferrazzo, aluna de Enfermagem da FURB



realidade do estudante-trabalhador. Sem mencionar os demais cursos e suas mensalidades exorbitantes. Eu, por exemplo, estou recém-desempregada e minha única renda vem do PIBID. Caso o FIES seja cortado da FURB minha intenção não é interromper o curso de imediato. Apesar de que o PIBID não pagaria nem a mensalidade por completo, tentaria procurar outras possibilidades.”

Caroline Laíza, aluna de Ciências Sociais da FURB

“FIES É ESPERANÇA PARA MUITOS ESTUDANTES”

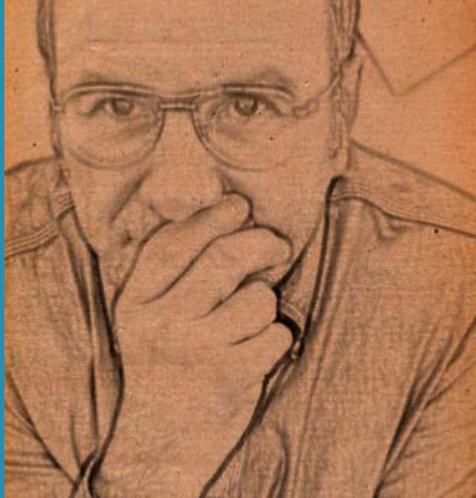
“Todos sabem que o FIES não é esmola e sim uma esperança para muitos estudantes. Hoje, na FURB, todas as licenciaturas possuem auxílio financeiro, porém não condiz com a

“FIES: DESGOSTOS, DESESPERO, REVOLTA E ESPERANÇA”

Considerando que a intenção do Fies é viabilizar a possibilidade de alunos que não possuem a condição financeira de arcar com o peso da mensalidade de uma instituição paga e ao mesmo tempo me vendo, por motivos limitadores, impedido de cursar uma instituição gratuita; sabendo que a possibilidade do programa ser alterado agora é fato, ou; em função de confiança na política praticada, acreditando que possa ser ainda mais drástica a mudança; me vejo em uma situação de desgosto, desespero e revolta. Desgosto, assim como todo cidadão que sente a falta de confiança em um sistema que se mostra variável e frágil que tem sua vulnerabilidade exposta em cada em cada setor. Desespero, por sentir todo um futuro que, mais do que sonhado, fora planejado e programado de forma a tornar a minha vida, e por consequência a dos meus, menos sofrida e mais digna; ficar cada vez mais distante. Revolta, por saber o motivo pelo qual tudo se dá. Tendo cursado 80% de um curso superior, agradecido e feliz por hoje ser capaz de entender mais desse universo que nos cerca, lamento que seja real e grande a probabilidade de não completar minha qualificação profissional e aprimoramento pessoal; posto que, assim como muitos, me encontro em situação de total dependência do programa FIES para a frequência e conclusão do curso. Dependendo de como tudo se der, poderá se dizer que, serei obrigado a abandonar uma instituição pela qual desenvolvi grande apreço, que serei forçado a deixar de lado toda uma expectativa que me traz conforto em imaginar que tudo poderia ser menos sofrido... Mas quanto à minha indignação, inconformismo e revolta deixo claro que me acompanharão para sempre de modo “voluntário”, ainda que estimulados por terceiros. Tenho, ainda, a esperança de ter tudo esclarecido, posto que nada ainda fora decidido, de uma forma que capacitação e aprimoramento dos cidadãos sejam a motivação para a solução do impasse; e que não seja o temor a consequência da revolta o que motivará a solução da questão. Mas certo é que, assim como muitos, usarei para e com a sociedade aquilo que levar da minha experiência acadêmica.”

José Ricardo Lira, aluno do Curso de Direito da FURB





LADO B

A CRISE DO NEO-DESENVOLVIMETISMO E A AGENDA DA FURB

Nem bem o ano começou e a falta de opções políticas que marcou as eleições presidenciais de 2014 já começa a pesar. Afinal, as más notícias não param de chegar: alta inflacionária, desemprego, recessão no ar... Arrochos fiscal e monetário... As crises hídrica e elétrica se agravando... E para todos os lados que se olhe a sensação de perda de controle é generalizada. Por isso, para entender os desafios e oportunidades para

FURB em 2015 é preciso considerar o contexto econômico e político. Três grandes óbices parecem afetar severamente as políticas neo-desenvolvimentistas em 2015:

a) Estagnação econômica: a deterioração progressiva das condições macroeconômicas de crescimento. Este processo está relacionado a dois conjuntos de fatores que se encontram interligados: i) Contexto externo: a mudança drástica do cenário econômico internacional; ii) Contexto interno: redução da capacidade do Estado de estimular o desenvolvimento por meio do gasto público. Nesse sentido, a perda de liquidez internacional pela diminuição das exportações de commodities, associado à redução do consumo pelo endividamento familiar fez a economia brasileira parar.

b) Bloqueio político: o comprometimento das condições de governabilidade. A bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala) teve reflexos imediatos sobre a condução política do Brasil: i) a perda do controle da agenda de votações do congresso; ii) a implantação de uma nova CPI da Petrobras. Os efeitos políticos combinados do Petrolão e da eleição do Deputado Eduardo Cunha (RJ) para a presidência da Câmara tendem a aumentar a instabilidade política. Diante da fragilidade da base parlamentar, o alto custo fisiológico da governabilidade tende a agravar ainda

mais a crise de representação política.

c) Corporativismo descontrolado: o aumento dos gastos com pessoal não foi acompanhado pela melhora na prestação de serviços. É que a expansão do funcionalismo público serviu principalmente para a reprodução política dos governos. Porém não demorará para que os governos entrem em crise, generalizando o caso das universidades estaduais no Paraná. Por um lado, a pressão corporativa pela ampliação dos benefícios deve desencadear uma onda de greves; por outro, o descontrole da máquina burocrática faz com que a atuação do poder público esteja centrada em si mesmo.

O efeito combinado do fim da sensação de bem-estar econômico, desencanto político e peso burocrático criaram a “tempestade perfeita”. Dito de outra forma, modificam-se as condições de legitimação e financiamento da gestão da área de educação superior nos anos de bonança no Brasil: PROUNI (setor público) e REUNI e FIES (Setor Privado). Mais precisamente, as condições político-institucionais que permitiram a implantação do Puxadinho da UFSC e da expansão da UNIasselvi. Ou seja, o efeito combinado do fortalecimento simultâneo do ensino público e privado na região.

A FURB respondeu de forma ambivalente a este contexto. Por um lado, tentou ingressar no movimento de expansão do ensino público promovido pelo Governo PT público através do movimento FURB Federal; por outro, foi forçada a promover um profundo ajuste institucional para se adaptar à competição intramunicipal. Nada de novo, apenas reflexos da dialética público-privado que caracterizam o orçamento público com financiamento privado da FURB. Considerando esses fatores, o desafio institucional da FURB é formular e implementar uma política que se ajuste à conjuntura de crise.

1) ENSINO: a busca da excelência. A crise deve afetar as condições de oferta e procura de ensino superior na região. Se, por um lado, isto significa a precarização do precário modelo Puxadinho da UFSC; por outro, implica também intensificação do modelo precarizante da UNIasselvi pelo Grupo Kroton. Por isso a crise significa, ao mesmo tempo, menor capacidade de atração desses dois modelos, porém também um maior fechamento do mercado de trabalho. Nesse sentido, nosso principal desafio consiste conceber estratégias para oferecer um ensino de melhor qualidade por um menor custo?

2) PESQUISA: reaproximação da comunidade. A Pesquisa na FURB já foi mais aplicada, quando se concentrava nos institutos (IPTB, IPS e IPA). Nos últimos 15 anos se deslocou progressivamente para os programas de pós-graduação. Esta integração à comunidade científica, significou um afastamento dos problemas regionais. Nesse processo aumentamos a excelência de nossa pesquisa, mas diminuímos o acesso da comunidade regional a esse conhecimento. Se são as atividades de ensino que financiam a pesquisa para que serve uma publicação

numa revista internacional?

3) EXTENSÃO: diversificação dos serviços. A FURB foi concebida para fornecer formação superior para a classe média do interior de Santa Catarina. Contudo, o processo de massificação da formação superior nos últimos vinte anos comprometeu essa função. Com a quebra do monopólio regional do ensino superior na região a FURB perdeu seu pioneirismo. Ocorre, contudo, que não podemos abandonar a formação superior, mas se ficarmos restrito a ela corremos o risco de perdermos o protagonismo regional. Que tipo de relação devemos estabelecer com a comunidade do Vale do Itajaí?

4) SERVIDORES: recuperar o sentido de pertencimento. Precisamos recuperar o senso de pertencimento dos servidores com a FURB. Este processo não está somente relacionado a questões materiais, como a valorização financeira. Envolve também a dimensão simbólica, relacionada a motivação e a autoestima do servidor. Trata-se de tornar o ambiente de trabalho mais amigável para a integração organizacional. Este constitui um fator decisivo para atrair profissionais que estabeleçam vínculos de longo prazo com a FURB. Como podemos fortalecer o comprometimento dos servidores com a instituição?

5) INFRAESTRUTURA: renovação da infraestrutura. Aqui o desafio consiste em fortalecer nossa capacidade de investimento na infraestrutura. Isto significa, ao mesmo tempo, renovar os equipamentos tecnológicos e processos de gestão, mas também humanizar o “layout lecurbisiano” dos prédios. O objetivo é fazer com que os estudantes permaneçam mais tempo na universidade. Isto significa, por exemplo, diminuir o espaço para os automóveis e aumentar o espaço para recreação e interação. Nesse sentido, como podemos “estudantarizar” os campi da FURB?

Não existem respostas simples para estas questões. Elas envolvem a compreensão das relações que a FURB mantém com a comunidade regional. Essas relações foram mudando a medida que a região redefiniu seu padrão de desenvolvimento. A medida que a configuração produtiva e a estrutura social do Vale do Itajaí se reestruturou na década 90 os serviços fornecidos pela FURB se diversificaram. O desafio, portanto, é se manter como um ponto de passagem obrigatório para o desenvolvimento da região. E nesse sentido a FURB precisa se converter numa agência de desenvolvimento regional.

Estamos presenciando o fim de um ciclo de desenvolvimento. E, portanto, não é somente o Governo Dilma que está em crise. O que está em crise é o modelo político-institucional de fomento e controle da mudança social. Este período será marcado por uma forte turbulência econômica e política. No setor de educação superior esta crise se caracteriza pela diminuição da capacidade do Estado alocar recursos. Isto significa uma diminuição do ritmo de expansão do setor na região. O caráter híbrido da FURB dá maior flexibilidade institucional. É preciso entender o que está acontecendo e agir.

“

Estamos presenciando o fim de um ciclo de desenvolvimento. E, portanto, não é somente o Governo Dilma que está em crise. O que está em crise é o modelo político-institucional de fomento e controle da mudança social. Este período será marcado por uma forte turbulência econômica e política. No setor de educação superior esta crise se caracteriza pela diminuição da capacidade do Estado